

Governo prepara ofensiva ^{ANC P5} contra taxação ⁷ do ouro ^{MAT 1988}

BRASÍLIA — Técnicos dos Bancos do Brasil e Central, apoiados por garimpeiros e empresários da área de mineração, começarão na próxima semana uma série de discussões visando à revogação do dispositivo da Constituinte que instituiu o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para as riquezas minerais — que deverão ter alíquota máxima de 17 por cento. Eles apresentarão aos parlamentares estudos detalhados sobre as consequências da mudança na tributação sobre o ouro. Uma delas seria a intensificação do contrabando e praticamente o fim do mercado oficial, cujo comprador final é o Banco Central.

A decisão da Constituinte derruba o atual Imposto Único sobre Minerais, que incide com uma alíquota de apenas um por cento.

Uma comissão de empresários e membros do Governo, coordenada pelo Presidente da Bolsa Mercantil de Futuros de São Paulo, Luís Marzagão Ribeiro, está fazendo este trabalho de convencimento dos Constituintes. Também integram a comissão o empresário Natan Blanch, Paulo Sarmento, Presidente da Associação Nacional do Ouro, Jorge Alvaro Barros, do Sindicato dos Garimpeiros da Amazônia Legal, Ney Castro Alves, Presidente da Bolsa de Mercadorias de São Paulo, e Emílio Garófalo, Chefe do Departamento de Operações Internacionais do Banco Central.

Marzagão acha que a so-

lução será definir uma forma de inclusão no texto da Comissão de Sistematização de um dispositivo que ressalve o ouro das regras impostas aos outros minerais.

— O ouro, embora mineral, tem que ser tratado como ativo financeiro e não como mercadoria — afirmou.

Para reforçar a tese de que a tributação excessiva força a comercialização ilegal, Natan mostrou uma série de dados que indicam que a decisão do Governo, adotada em 1986, de reduzir de 2,25 para 1 por cento a alíquota do Imposto Único sobre Minerais, fez com que houvesse um aumento de 98 por cento no volume de comércio de ouro por meios legais.

Marzagão disse que o caminho natural, caso prevaleça a medida, será a comercialização do metal por outros países. O Uruguai, que não tem nem mina, será um deles. Em 86, antes da mudança na tributação, o Uruguai exportou 40 toneladas de ouro, passando a vender apenas 12 toneladas no ano passado.

O Chefe do Departamento de Operações Internacionais do Banco Central, Emílio Garófalo, considerou descabida a decisão da Constituinte, afirmando que poderá "sair pela culatra" a intenção dos parlamentares em aumentar a arrecadação para os Estados ao elevar tributação sobre o ouro, em função da sonogação.

O mais grave, entretanto, para Garófalo, será o País perder uma fonte das suas reservas cambiais.

Ulysses quer todo esforço concentrado na Constituinte

SÃO PAULO — O Presidente do PMDB e da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães (SP), disse ontem que reunirá a Executiva Nacional do partido, na próxima semana, para decidir sobre as propostas de adiamento da Convenção Nacional, marcada para 5 de junho.

Em jantar no Palácio dos Bandeirantes, com o Governador de São Paulo, Orestes Quércia e os Ministros da Previdência, Renato Archer, e de Ciências e Tecnologia, Luís Henrique, Ulysses discutiu longamente a questão, reiterando sua opinião de que os esforços do partido devem concentrar-se na nova Constituição.

O Deputado e os Ministros vieram a São Paulo prestigiar a entrega do XV Prêmio Governador do Estado—Invento Brasileiro.

Ulysses Guimarães des- tacou, em entrevista concedida entre a cerimônia de premiação e o jantar, que

muitos constituintes entendem dever-se aguardar o fim dos trabalhos da Assembleia antes de se tratar da questão partidária.

Negou que os defensores do adiamento queiram apenas evitar a saída dos dissidentes. Observou não acreditar que os descontentes venham a deixar a legenda, referindo-se especificamente aos Senadores por São Paulo Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso, Líderes do PMDB na Constituinte e no Senado.

— São figuras exponenciais do Partido e estou certo de que permanecerão no PMDB.

O Governador Quércia voltou a dizer que não tem posição sobre o adiamento. Explicou que na segunda-feira, em encontro com a Jancada federal paulista, será tomada uma decisão. Para ele, muitos dos que falam em adiamento, apenas buscam evitar que se misture a Convenção com a Constituição.